

# O PAPEL DA IMPRENSA NA POLÍTICA NO FINAL DO PRIMEIRO REINADO: UMA ANÁLISE DO JORNAL *TRIBUNO DO POVO*

## *THE ROLE OF THE PRESS IN POLITICS IN THE LATE FIRST EMPIRE: AN ANALYSIS OF THE NEWSPAPER TRIBUNO DO POVO*

Fernanda Cláudia PANDOLFI\*

**Resumo:** Este artigo aborda o papel da cultura letrada nos embates políticos no final do Primeiro Reinado. Mais especificamente, analisa a atuação do periódico liberal exaltado *Tribuna do Povo* na oposição ao governo e sua contribuição para a deslegitimação de D. Pedro I, destacando sua importância na difusão de informação e as implicações resultantes para a prática política do período. A conclusão do trabalho é que, ao relacionar suas explicações com o passado e com o presente, interagir com outros periódicos e com leitores e leitoras através de cartas, este periódico contribuiu para erigir identidades políticas como a do “brasileiro” e definir o sentido do termo “patriótico” em contraposição ao “português” e “antipatriótico” que marcaram as disputas no final do Primeiro Reinado.

**Palavras-chave:** História da Imprensa; mulheres no século XIX; Iluminismo no Brasil; imprensa e identidade nacional.

**Abstract:** This article discusses the role of literacy in the political struggles at the end of the First Empire. Specifically, it analyzes the influence of the radical newspaper “Tribune of the People” in the opposition movement to the government and its contribution to the delegitimization of D. Pedro I, highlighting its importance in spreading information and the resulting implications for political practice in the period. The conclusion of the paper is that, by relating their explanations with the past and the present and interacting with other periodicals and with its readers through letters, this journal helped to build political identities as the “Brazilian” and define the meaning of term “patriotic” versus the “Portuguese” and “unpatriotic” in the disputes that marked the end of the First Empire.

**Keywords:** Press History; women in the Nineteenth Century; The Enlightenment; press and national identity.

### *Introdução*

Com o aumento expressivo do número de periódicos no Rio de Janeiro nas décadas de 1820-1830, a imprensa tornava-se cada vez mais espaço importante de discussão política e lugar estratégico para indivíduos ou grupos formarem alianças. A palavra escrita torna-se estratégia fundamental para os redatores participarem do mundo da política através do domínio de certos recursos da retórica usados para legitimarem suas posições em relação a seus rivais. Homens letrados, destituídos de posições importantes na política

---

\* Doutora em História – Pós-doutoranda em História – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais – Pampulha. Belo Horizonte, MG - Brasil. E-mail: ferpandolfi@hotmail.com.

também encontraram na imprensa espaço para interferirem no debate político. O objetivo desse artigo é analisar a atuação de um desses periódicos - o liberal exaltado *Tribuna do Povo* - em sua oposição ao governo esclarecendo seu papel na deslegitimação do governo de D. Pedro I.<sup>1</sup>

A imprensa no Brasil na primeira metade do século XIX tem sido objeto crescente de pesquisas, sobressaindo abordagens com enfoque no conceito de “esfera pública”, na análise histórica dos conceitos e no papel dos periódicos na eclosão de acontecimentos (MOREL, 2005 LUSTOSA, 2000, FONSECA, 2006; SILVA, 2006). Influenciados principalmente pelas análises de Habermas (1984) e Koselleck (2012) têm como tema unificador a politização do discurso e o impacto do advento ou expansão da imprensa. Referências ao conceito de esfera pública de Habermas têm sido, também, amplamente empregadas em estudos latinos americanos que ressaltaram questões de gênero, classe e etnicidade na formação do Estado e na emergência das sociedades civis no século XIX.<sup>2</sup>

Uma das contribuições seminais para a história da imprensa, em uma outra vertente interpretativa, é o trabalho de Elizabeth Eisenstein (1979). Em seus trabalhos ela analisou, entre outros temas de relevância para o presente artigo, a questão de como o advento da imprensa no Ocidente alterou o ambiente físico e intelectual de homens e mulheres, mudando especialmente a maneira como eles se relacionavam com o passado. Mostrou, especificamente, como a imprensa possibilitou a consolidação de uma noção mais clara de época e lugar, permitindo que os próprios letrados enxergassem o passado disposto diante de seus olhos através da internalização das tabelas mentais de tempo e do reconhecimento dos anacronismos. O impacto da imprensa na alteração das percepções mentais foi também analisado por Benedict Anderson (2008), que constatou que, ao ser lida simultaneamente por várias pessoas, a imprensa periódica criava um vínculo imaginativo, permitindo que as pessoas se relacionassem de uma forma nova. Mais recentemente, Lynn Hunt (2009) ressaltou o papel da imprensa na criação da empatia quanto à noção dos direitos humanos mostrando que novas sensibilidades não se explicam somente pelo contexto social e cultural, mas também pelo modo que as mentes individuais compreendem e remodelam esse contexto.

O presente trabalho utiliza essas ideias para pensar questões como as seguintes: de que forma a imprensa periódica mudava a maneira dos letrados se relacionarem com o passado e com a política? Quais as conexões cruciais entre público e privado na formação de identidades coletivas e como ocorria a interação entre política e cultura? Qual o impacto da imprensa na disseminação de ideias em uma sociedade iletrada? Como ela

contribuiu na formação de um sentimento nacional definindo identidades como patriotas e não patriotas?

O restante do artigo está organizado em quatro tópicos. O primeiro reflete sobre a organização e peculiaridades da imprensa no período em questão. O segundo tópico analisa como as ideias iluministas foram apropriadas por um periódico específico – o *Tribuno do Povo* - como um instrumento para a divulgação de uma proposta política. O terceiro tópico discute a coluna dirigida às mulheres e as cartas publicadas pelas leitoras que ajudam a entender o papel das mulheres nos debates políticos da época. O quarto tópico analisa como a Noite das Garrafadas mudou o discurso do *Tribuno do Povo* e contribuiu na politização dos conflitos étnicos e na formação de identidades importantes nas disputas que eclodiram no final do Primeiro Reinado. A última seção conclui o trabalho.

### *Imprensa, Iluminismo e a formação de um sentimento nacional no final do Primeiro Reinado*

A instalação da imprensa periódica no Brasil no século XIX ocorreu em meio a formas de circulação do conhecimento pré-existentes. Durante o século XVIII, o acesso à leitura de algumas obras iluministas, por exemplo, era proibido e a licença para posse de livros estava atrelada a concessão da coroa que a concedia de acordo com a condição social e categoria profissional. Apesar de tais proibições, as obras ilustradas circulavam um pouco mais livremente, tendo sido encontradas, por exemplo, em bibliotecas particulares de cônegos, freis, padres e de alguns inconfidentes mineiros (VILLALTA, 1997, p.361-376). Periódicos impressos em Portugal e na Europa também circulavam no Brasil desde o século XVIII, mas as ideias que difundiam não eram ainda debatidas publicamente (MOREL; BARROS, 2003, p.17).

Em 1808 foi estabelecida a Imprensa Régia no Rio de Janeiro com o lançamento da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Apesar de jornal oficial, repercutia discussões que remetiam ao iluminismo ao repudiar as ideias de revolução e ruptura (MOREL, 2012). Mesmo com a censura, os temíveis princípios franceses circulavam entre a intelectualidade através dos livros proibidos, conseguidos com os principais livreiros (FERREIRA; NEVES, 1989, p.114-116).

Com a Revolução do Porto em 1820 decretou-se a liberdade de imprensa em Portugal que foi estendida ao Brasil. Assim, em março de 1821 suspendeu-se no Brasil a censura prévia para a imprensa em geral e uma série de panfletos e folhetos que tinham

por objetivo educar e informar os leitores a respeito das ideias liberais e constitucionais foram impressos no Rio de Janeiro (NEVES, 2002). A partir de 1827 aboliu-se definitivamente a censura, o que impulsionou o desenvolvimento de um periodismo de caráter panfletário e de linguagem violenta que refletia a disputa política entre as facções, que, comumente, pautava-se por ataques pessoais (SODRÉ, 1966, p.97).

A capacidade de disseminação das ideias desses periódicos pode ter sido significativa. Apesar da inexistência de dados oficiais, pesquisas sugerem que o número de pessoas alfabetizadas no Brasil no início do século XIX era maior do que inicialmente se considerava. Dos aproximadamente 43 mil homens livres que em 1821 residiam nesta cidade, provavelmente cerca de 8 mil, que assinaram o *Manifesto do Fico*, tinham um grau de alfabetização. Além disso, foram identificados nove livreiros especializados, três lojas ligadas à tipografia e 11 negociantes de artigos variados que vendiam publicações do dia (NEVES, 2002, p.55). No catálogo da livraria de Jean-Baptiste Bompard no Rio de Janeiro foram identificados 4305 títulos, quantidade impressionante considerando que a maior parte da população era iletrada (NEVES, 2013, p.88-92).

A chamada imprensa de opinião<sup>3</sup> predominante no Primeiro Reinado trouxe a figura do redator panfletário que se colocava com uma missão política e pedagógica. Não era chamado de jornalista e sim de redator e apresentava características como, por exemplo, retórica agressiva, capacidade de convencimento e espírito mordaz. Essa imprensa de opinião teve assim papel semelhante ao que Habermas (1984) denominou de segunda fase da imprensa europeia, marcada pela imprensa política em que os escritores utilizavam os jornais para tornar pública sua opinião, sendo o lucro relegado a segundo plano.

No fim do Primeiro Reinado a maioria dos jornais era de tendência liberal. Incumbiam-se, ou julgavam incumbir-se, da tarefa de educar e formar a “opinião pública” sobre os assuntos da política e diferenciavam-se, principalmente, quanto à forma como acreditavam que o governo deveria organizar-se. Os “liberais moderados” defendiam um liberalismo pautado pela defesa do Legislativo, da Constituição e da crítica aos ministros, poupando a figura do Imperador de ataques. Ressaltavam, sobretudo, que as reformas necessárias deveriam ser operadas sem excessos. Já os “liberais exaltados”, corrente a qual pertence o redator do *Tribuna do Povo* a ser estudado neste artigo, defendiam o federalismo. Embora não propusessem como seria organizado esse sistema federativo, reproduziam uma discussão – de se o estado deveria ou não adotar o princípio federativo que remontava ao período da Independência (BERBEL, 2006, p.194-206). De modo geral, o federalismo significava o poder para as elites locais administrarem rendas,

controlarem a força militar e exercerem a governabilidade. Como expôs o liberal exaltado Borges da Fonseca, o federalismo permitiria afinal cumprir uma promessa irrealizada pela Independência: reunir todos os partidos e “repartir com todos, sem intenções particulares, os encargos do Estado segundo somente as qualidades morais dos cidadãos” (REPUBLICO, 09/03/1831, p.204).

A linguagem radical do grupo dos liberais exaltados e sua atuação junto aos setores mais populares tem chamado a atenção dos historiadores como grupo de oposição importante. Tido por Octávio Tarquínio de Sousa (1957, p.883-887) como homens influenciados pela Revolução Francesa que refletiam o ambiente político radical, esta imagem tem sido reavaliada. De fato, os liberais exaltados foram mais abertos à ampliação dos direitos de cidadania e denunciaram injustiças contra as camadas pobres da população (BASILE, 2006, p.602-612). Não parece razoável, entretanto, associar automaticamente os exaltados aos interesses das camadas mais pobres da população, visto haver entre eles proprietários rurais (embora em minoria), profissionais liberais, padres, funcionários públicos e médicos, composição social essa que não era fundamentalmente diferente dos Moderados e dos Caramurus.

As referências aos “liberais exaltados”, como os mesmos eram denominados na época, devem ser entendidas tendo em mente a imprecisão que marca essa categoria nesse momento, pois não se constituíam em um grupo coeso e com disciplina partidária. Apesar disto, os exaltados possuíram uma identidade política própria que se concretizava em redes de (contra) poder que abrangiam diversas províncias, mas sem chegar a ocupar o poder central (MOREL, 2005, p.109-114).

#### *A apropriação das ideias iluministas pelo Tribuno do Povo*

*O Tribuno do Povo* foi publicado entre 18 de dezembro de 1830 e 6 de março de 1832 tendo como redator Francisco das Chagas Oliveira França. Quase nenhuma informação há de cunho biográfico a respeito deste redator, sabendo-se apenas que ele era natural de Minas Gerais e que participou das Garrafadas e do “7 de abril”. Oliveira França organizava o jornal, definia seu conteúdo, escrevia a maior parte dos artigos e era seu porta-voz principal. O formato do jornal constituía-se, em sua maior parte, de matérias escritas por seu redator, sendo algumas delas assinadas pelo próprio e outras que, apesar de não assinadas, podem lhes ser atribuídas por representarem as posições do periódico. Alguns colaboradores também publicavam e assinavam somente com as iniciais ou por codinomes como “Um brasileiro livre”. Entre esses colaboradores, chama atenção a

publicação de cartas de leitoras convidadas pelo próprio redator para opinar sobre as ideias que este divulgava em uma coluna direcionadas as mulheres.

Duas são as razões que motivaram minha opção por analisar este jornal. Em primeiro lugar, o redator e os escritos do *Tribuno do Povo* eram conhecidos entre os demais periódicos cariocas e por autores posteriores pelas polêmicas que suas ideias causavam. De acordo com Otávio Tarquínio de Sousa (1957, p.883), por exemplo, o *Tribuno do Povo* fazia ataques virulentos ao governo juntamente com os periódicos *Nova Luz Brasileira* e *Republico*, possuindo planos que poderiam subverter a ordem pública. Marcello Basile mencionou a atuação do redator do *Tribuno do Povo* junto com o liberal exaltado Ezequiel Corrêa dos Santos em discursos inflamados contra o governo na multidão que se formou no Campo de Santana na véspera da Abdicação (BASILE, 2001, p.94). A segunda razão para minha escolha é que o jornal parecia ser bastante popular, como implicitamente reconhecido pelo jornal governista *Novo Censor*, em suas constantes críticas às matérias divulgadas pelo *Tribuno do Povo*. O *Novo Censor* acusava-o, por exemplo, de lançar boatos conspiratórios da chegada do Chalaça convidado pelo gabinete secreto para executar um plano contra a Independência e a Constituição. São inúmeras as acusações como, por exemplo, a de usar os pobres para conseguir posições no governo, a de espalhar o ódio contra os empregados públicos e enfraquecer o governo para apoderar-se de todas as repartições e a de ser separatista e desejar “retalhar a pátria” para colocar nas províncias os seus “Caciques” (PANDOLFI, 2007, p.106-112).

Os números pesquisados do *Tribuno do Povo* vão do primeiro iniciado em 18 de dezembro de 1830 ao trigésimo primeiro datado de 9 de maio de 1831, perfazendo 148 páginas. Apesar da inexistência de dados sobre sua tiragem, algumas informações relevantes podem ser inferidas a partir da análise do próprio periódico. Publicado pela Typographia D’Astrea, informou no número 3 o endereço para realizar as assinaturas e o preço de 2\$000 por quatro meses. No número 30, o redator agradeceu a boa acolhida de seu periódico e avisou aos assinantes que a assinatura completava quatro meses e que mesmo assim continuaria a enviar os números aos assinantes que “o não honrado”, ficando entendido que continuariam como assinantes (05/03/1831). O preço do periódico começou com 40 réis o número atingindo 60 réis no final do Primeiro Reinado. Esses preços, ao que tudo indica, não eram inacessíveis a um público mais amplo, visto que, por exemplo, a aguardente de cana custava 80 réis a garrafa e um sabão inglês, 120 réis a libra.

Além de dialogar com as opiniões de outros periódicos, o *Tribuno do Povo* procurou atrair novos leitores para sua causa como na sessão dirigida às mulheres que

eram chamadas de “belo sexo”. Com esse objetivo, tentou tornar mais inteligível o linguajar das luzes para seus leitores, advertindo-os que sua linguagem era acre e não aquela usada nos palácios, mas a usada na casa simples dos cidadãos livres e despida da adulação. Seu lema citado no começo de todas as edições, em conformidade com suas idéias que pregavam a resistência contra a tirania dos governos despóticos, era “Mais vale morrer livre do que viver escravo” de “Catão expirando”.

Outra característica marcante desse periódico é a apropriação e reelaboração do iluminismo na crítica ao governo vigente, relacionando-o com o passado e com o presente, com o objetivo de tornar mais inteligível aos leitores os conceitos empregados. Fortemente presente no *Tribuno do Povo*, o paradigma humanista associado ao Iluminismo e caracterizado pela busca da essência da educação na herança greco-romana do classicismo (CHISICK, 2005, p.10-11) era constantemente empregado para explicar os novos direitos políticos. Os episódios de homens valorosos da antiguidade que não se renderam a tirania de reis e governantes, por exemplo, eram frequentemente lembrados para informar a população de um novo tempo, aquele em que o despotismo e a vontade arbitrária dos reis deveriam ser substituídos pelo primado da lei e da Constituição. A linguagem do *Tribuno do Povo* encontrava-se assim repleta de referências a figuras da Antiguidade que são transformadas em personificações da virtude, como Brutus (o Lúcio Júnio Bruto) que executou seus filhos porque eles tramavam trair a República Romana (TRIBUNO DO POVO, 05/12/1831, p.19). Nesse sentido, a retórica do *Tribuno* é semelhante ao discurso da Revolução Francesa, ao fundir moral e política, evocando personificações da virtude que supostamente teriam colocado os interesses do Estado acima dos interesses da família.

Não deixa de ser significativo que, nesses termos, o tema da escravidão, recorrente nos discursos do *Tribuno do Povo*, não se referia à escravidão africana, mas a àqueles que se encontravam sob o domínio de governos despóticos. A única vez nos números analisados que menciona a escravidão africana é para reclamar que a polícia não pode espancar “a torto e a direito” os escravos alheios e se colocar acima dos demais cidadãos devendo “usar daqueles termos que lhes prescreve a decência, e nos que se deve fallar ao homem Livre, e não como quem falla aos seus escravos” (TRIBUNO DO POVO, 15/01/1831, p.27).

A apropriação das ideias iluministas procurava consolidar uma noção de pátria que se materializava em oposição à colônia, época de exploração e tirania. Para o *Tribuno*, o ódio a tirania faz os homens perseguirem os déspotas e trabalharem para a Liberdade para, a partir daí, sentirem os efeitos do Patriotismo. Refere-se ao *tempo colonial* como uma

época de *roubos e tramas*, mas considera que o governo contemporâneo ainda seguia a marcha dos opressores. Em vários números desse periódico, o governo de D. Pedro I, assim, era tido como *desgoverno traidor e ignorante*, como aquele que perseguia os brasileiros e desejava impor o absolutismo. Interpreta a história, dessa forma, como o desenrolar de uma luta contra o despotismo e a tirania que levaria a liberdade.

A noção de integridade corporal era enfatizada ao mesmo tempo em que condenava o despotismo na política. O redator condenava, por exemplo, os castigos com palmatórias que, apesar de proibidos pelas posturas municipais, eram aplicados pelos mestres em seus discípulos. Tais atitudes, argumentava, eram sinal de “péssima moral, é querer ser déspota e tyranno da mocidade” (TRIBUNO DO POVO, 03/03/1831, p.81). Criticou também os castigos físicos como forma de punição para as crianças, pois acreditava que o respeito decorrido deles resulta do medo e não da amizade. Essas posições eram repercutidas pelos leitores, como por uma leitora que se manifestou contra o uso dos castigos físicos na educação das crianças, argumentando que os filhos não deveriam ser tratados como os “miseráveis africanos” que estão sujeitos aos caprichos de “senhores bárbaros e inhumanos” (TRIBUNO DO POVO, 03/03/1831, p.81-82). Dessa forma, as palavras despotismo e tirania se materializavam em amplos aspectos da vida social, envolvendo mudanças que ultrapassavam a organização do sistema político do Estado.

A apropriação do iluminismo para a divulgação de suas ideias fica visível na concepção peculiar de monarquia do *Tribuno do Povo*. Seu redator parecia convencido de que as monarquias hereditárias retrocediam o avanço dos povos em relação à civilização ao colocar homens incapazes no governo. Considerava uma *superstição ridícula* achar que homens descendentes dos “imperantes” são superiores aos de mais conhecimento, argumentando que a classe dos príncipes é como a dos homens, onde uns são mais aptos que os outros. Considera que D. Pedro I, apesar de ter se colocado como constitucional, mostrou fraquezas próprias dos homens, a principal sendo a facilidade com que podia ser enganado. Para ele, o governo deveria ser concedido ao que possuísse mais mérito e ao mais apto, estabelecendo, dessa forma, uma “monarquia útil” (TRIBUNO DO POVO, 03/03/1831, p. 79-80). A monarquia, portanto, poderia ser defendida em termos de sua utilidade e não com base no direito natural. Assim como para o Iluminismo, classe e Estado deveriam ser defendidos com base em termos de utilidade e contingência histórica ao invés do direito natural (CHISICK, 2005, p.15). Assim, nada indica haver uma posição anti-monarquia generalizada ou mais radical no *Tribuno do Povo* no sentido de subverter a hierarquia social. Esta constatação chama atenção para as especificidades da criação das estruturas políticas e de pensamento em períodos de

transição, pois sua proposta de governo assemelha-se mais a uma tentativa de criar algo novo sem dispensar totalmente as antigas estruturas<sup>4</sup>. E, nesse sentido, suas ideias sobre a monarquia assemelham-se mais a um meio pragmático de encontrar um equilíbrio entre os novos e velhos poderes.

A ameaça de Revolução tem um papel importante no discurso do *Tribuno do Povo*. Diferente da acepção mais antiga que empregava a palavra revolução em seu sentido cíclico e pertencente ao domínio da física e da mecânica, a acepção que se torna instituída no século XVIII (LANGINS, 1997, p.165-166) e empregada pelo jornal refere-se a uma mudança de real magnitude, uma importante ruptura conceitual com o passado. Todos os povos teriam o direito de se revoltar contra os governos e reis quando eles não cumprem seus deveres, e a “revolução legal” era legítima a todos os povos do universo pelas leis da natureza e pelas leis humanas. Apesar de empregar um discurso que legitimava a revolução contra o governo vigente, o *Tribuno do Povo* tentou atraí-lo para o seu lado que era, segundo o mesmo, o lado que defendia a Constituição. Contudo, ameaçava o governo de continuar a pregar a Revolução caso este insistisse em apoiar periódicos como o *Imparcial* (TRIBUNO DO POVO, 19/01/1831, p.29-31).

Semelhantemente ao discurso da Revolução Francesa, o poder era reivindicado através da denúncia do poder e a denúncia do poder era feita em nome da “vontade geral” una e indivisível, garantindo a pureza e a legitimidade de seus usuários (FURET, 1988, p.52-62). Em uma carta assinada por “Um brasileiro livre”, o leitor citava Rousseau para definir a “opinião pública” como expressão da “vontade geral”. Acreditava que, quando a “opinião pública” não é considerada, ou seja, quando os ministros têm por lei a vontade do príncipe e os conselhos dos “grandes”, abre-se o caminho para a desorganização do corpo social. Entretanto, dirige-se ao Imperador avisando-o que ainda é tempo de trilhar o caminho do patriotismo (TRIBUNO DO POVO, 31/03/1831, p.116-117).

Retoricamente, portanto, o *Tribuno do Povo* parece ser um crítico radical da monarquia. Entretanto não devemos tomar sua violência verbal ao pé da letra, uma vez que ela está inserida em um contexto de crise e de liberdade de imprensa<sup>5</sup>. Por exemplo, numa correspondência assinada por “S.M.”, o leitor relata o conflito em que os sicilianos, cansados de serem ultrajados pelos franceses, vingaram-se através da execução de um plano que estabeleceu que, na festa de páscoa de 1282, todo francês seria assassinado por um siciliano (TRIBUNO DO POVO, 21/03/1831, p.102). O leitor sugere que isto poderia ser um meio dos brasileiros se vingarem dos portugueses que os atacaram na Noite das Garrafadas. Cautelosamente, embora o discurso continue virulento, o redator responde em número posterior que os meios usados pelos sicilianos não convêm ao Brasil, pois os

sicilianos lutavam com homens de honra e não com “homens sem honra”, como essa “horda vil de covardes lusitanos”, defendendo que não se sujem as mãos com sangue lusitano e que os deixem entregues a nulidade (TRIBUNO DO POVO, 28/03/1831, p.110). Não parece, portanto, que o objetivo do *Tribuno do Povo* tenha sido incitar uma insurreição popular contra o rei e a monarquia. A linguagem radical utilizada por este periódico, mesmo que politizada e conectada ao vocabulário revolucionário foi estruturada dentro das instituições, valores e interesses vigentes, não se propondo a romper radicalmente com a estrutura política e social vigente<sup>6</sup>.

### *O papel das mulheres na era das luzes segundo o Tribuno do Povo*

Apesar dos estudos da imprensa feminina concentrarem-se na segunda metade do século XIX, é possível identificar a participação feminina na imprensa no período anterior em jornais dirigidos por homens e voltados para o público em geral como, por exemplo, o *Mentor das Brasileiras* (1829)<sup>7</sup>, *O espelho Diamantino* (1827), *O Espelho das Brasileiras* (1831), *Mulher do Simplício* (1832), *Jornal de Variedades* (1835) e *Espelho das Bellas* (1841) (BUITONI, 1986, p.40). Na década de 1830, destacou-se especialmente a atuação de Nísia Floresta que escreveu no jornal *Espelho das Brasileiras* em 1831 e, em 1832, publicou a “tradução livre” de *Direito das mulheres e injustiças dos homens*, cuja versão original foi lançada em 1792 por Mary Wolstonecraft (*A vindication of the rights of women*). Considerada a primeira jornalista feminista na imprensa, seus escritos trouxeram a público a denúncia da opressão feminina pelos homens e informavam os leitores dos novos lugares reservados as mulheres (GUSMÃO, 2012, 270-271).

Em dezembro de 1830, o *Tribuno do Povo* anunciou em seu primeiro número que dedicaria parte de seu trabalho ao “bello sexo feminino”, mesmo que para isso tenha tido de enfrentar oposição por parte dos “escritores do governo” por tratar de assuntos referentes às mulheres (19/01/1831, p.32; 29/01/1831, p.44). O principal argumento para fazer isso foi a observação da notável influência das mulheres no sustentáculo da liberdade e na salvação da pátria como na Grécia e em Roma (p.4). Foi pedido às leitoras que enviassem cartas e que, caso solicitassem, o nome seria mantido em sigilo (12/01/1831, p.24). Ao longo de três meses defendeu, sobretudo, novos direitos de instrução para as mulheres por reconhecê-las como importantes disseminadoras do patriotismo.

No todo, o *Tribuno do Povo* publicou 9 sessões dirigidas as mulheres agrupadas em: *Ao Bello Sexo* (2 matérias), *Sobre a educação do sexo feminino*, *Causa que devem*

*tornar o Bello Sexo amigo da Liberdade e da Constituição, Caracter das Brasileiras, Sobre as modas usadas pelo Bello Sexo, Sobre o Bello Sexo (2)*. Foram publicadas 5 cartas de leitoras, sendo a última publicada em trechos ao longo de cinco números. Das 5 cartas, duas foram assinadas por Brasileira Livre, uma pelas iniciais M.B.A não tendo as outras duas assinaturas. As matérias e as cartas das leitoras estão dispostas nos primeiros dezenove números que vão de 18/12/1830 a 19/03/1831. A partir do vigésimo número a sessão dirigida às mulheres e as cartas desapareceram sem nenhuma explicação por parte do redator. Embora somente por três meses, a abertura de um espaço dirigido às mulheres é uma fonte importante para analisar as relações de gênero na política do período, visto permitir pelo menos entrever as aflições das mulheres nesse novo tempo de luzes e de crítica aos despotismos.

O significado da tirania era definido para as mulheres com exemplos da história do Brasil. O redator definiu o período antes da Independência e da Constituição de 1824 como época de opressão e “escravidão da pátria”. Fundamentalmente cita como características que marcaram essa época a usurpação do direito de propriedade e as prisões arbitrárias. Nesta história de arbitrariedades, as mulheres choravam ao ver seus maridos sacrificados pelos caprichos dos tiranos e seus filhos, esposos e pais lançados em masmorras pela mão da tirania. Com a adoção do sistema constitucional essas injustiças ficaram extintas segundo redator. Apesar disto, ressaltava a necessidade de ficar atento às violações da Constituição para livrar a nação dos opressores e de um “desgoverno inimigo” (TRIBUNO DO POVO, 05/01/1831, p.16-18).

Defendeu uma maior atuação no espaço público por parte das mulheres, criticando o fato delas estarem condenadas a trabalhar no interior de suas casas e apartadas do resto da sociedade. Elogiava o papel das mulheres na República Romana no combate pela liberdade e na Grécia no incentivo a seus maridos morrerem pela pátria. Ressaltava a necessidade das mulheres para a pátria, convocando-as para sustentar a liberdade e a dignidade da pátria através da educação de seus filhos, ensinando-os a olhar com horror a tirania e a ajudar na manutenção da liberdade (TRIBUNO DO POVO, 22/12/1830; 29/12/1830).

Uma de suas bandeiras centrais era a defesa de uma melhor instrução às mulheres que resultaria na melhoria da educação de seus filhos e, conseqüentemente, no bem da pátria. Em matéria intitulada “Sobre a educação do sexo feminino” considerava errada a forma de educação das mulheres, restrita ao ensino de costura, dança, piano e primeiras letras, sendo pouquíssimas as que aprendem desenho e francês. Defendia uma educação que conciliasse os afazeres domésticos com o aprendizado do francês, da geografia e da

história. O francês por ser língua quase universal e nela encontrar coisas que deleitem os espíritos. A geografia as tornariam mais aptas a falarem do globo e da posição da sua pátria. E na história encontrariam exemplos de mulheres patrióticas como em Roma e na Grécia em que as mulheres eram dotadas de um excessivo amor a liberdade e a Pátria (TRIBUNO DO POVO, 05/01/1831).

De particular importância para este trabalho era a forma como as mulheres respondiam a essas exortações. Uma leitora argumentou que a educação das mulheres estava errada porque não as informavam sobre as obrigações com a sociedade. Assim coloca: “E sabíamos nós o que era Sociedade, e as obrigações em que para com ella estamos?” Considerava que o respeito excessivo a religião e a seus dogmas tornava a educação das mulheres imperfeita, não as preparando nem para o casamento onde as diferenças de gênio entre o casal poderia lançar o “pomo da discórdia”, nem para dar a educação necessária a seus filhos (TRIBUNO DO POVO, 23/02/1831). Para a educação das meninas, outra leitora defendeu o ensino da língua francesa, juntamente com o ensino das primeiras letras, costura e dos arranjos domésticos já presente na educação delas (TRIBUNO DO POVO, 07/03/1831, p.85-86). Nesta nova educação o lar ainda ocupava lugar central, uma vez que ela aprimoraria a atuação das mulheres em seus papéis de mãe e esposa. Entretanto, esta nova educação, acreditava a leitora, abria espaço para as mulheres se situarem não somente na esfera privada do lar ao conhecerem a noção de sociedade. E, podemos acrescentar, na própria esfera pública ao enviarem cartas para a publicação na imprensa.

O objetivo principal do *Tribuno do Povo*, entretanto, não parece ter sido primordialmente defender mais direitos para as mulheres, mas direcionar o espírito do sacrifício que as mulheres tinham pela família em prol da pátria. O redator em vários momentos, aliás, não esconde seu desapontamento com as mulheres nessa questão. Comentando o exemplo de uma moça lacedemônia que se matou em prol da liberdade, em uma das edições, observou não encontrar esse amor e interesse pela pátria por parte das mulheres brasileiras (TRIBUNO DO POVO, 05/01/1831, p.18).

A adoção de espírito patriótico também exigiria uma mudança nas vestimentas das mulheres brasileiras. As vestimentas eram usadas pelos exaltados como emblemas políticos para a afirmação de identidades. O traje típico de conhecidos liberais exaltados era casaca de algodão da terra, chapéu de palha enfeitado com o tope nacional<sup>8</sup> e uma sempre-viva na lapela, roupas essas que também expressavam o incentivo a produção nacional (BASILE, 2001, p. 84). Em artigo “Sobre as modas usadas pelo Bello Sexo” critica a adesão geral das mulheres à moda francesa. Tentava convencê-las que a

vestimenta francesa não era adaptada as brasileiras, argumentando que elas não precisavam desses ornamentos porque já eram belas, sugerindo a adoção da simplicidade da mulher grega. Considerava as vestimentas francesas um “luxo estrangeiro”, sendo que o dinheiro usado para tais compras não permanece nos cofres da nação, além dos maridos e pais possuírem despesas, muitas vezes, superiores a suas posses (TRIBUNO DO POVO, 15/01/1831, p.28).

Como o discurso do *Tribuno do Povo* comoveu as mulheres?<sup>9</sup> As cartas publicadas pelas leitoras não eram assinadas e não estavam em letras cursivas o que torna impossível saber com certeza se realmente foram escritas por uma mulher leitora ou pelo próprio redator. Mesmo assim, elas expressam as apreensões das mulheres quanto a este novo papel a elas conferido.

Em uma das cartas publicadas, na verdade um trecho da carta, pois o redator avisou que omitiu sua maior parte por conter assuntos de família e da vida privada, era de uma fluminense de 26 anos escrita para seu marido que se encontrava na Guerra da Cisplatina. Nela, a leitora reflete sobre a participação do marido na Guerra da Cisplatina e mostra dúvidas em relação à necessidade da guerra. Concorde que se a guerra é útil e exigir a morte de seu marido, irá se conformar e aconselhar o marido a preferir a honra da pátria em detrimento dos interesses da família. Mas, se a guerra é injusta como tem escutado, pedirá para ele largar as armas e voltar para a família (TRIBUNO DO POVO, 12/01/1831, p.24). Em outra carta, a mesma leitora confessa ter dúvidas se poderia apoiar o sacrifício que o patriotismo exige, pois se seu esposo fosse morto na guerra em prol da pátria, ela e seu filho ficariam desamparados. O redator comenta a carta, em tom um tanto irritado o que sugere que ela seja de fato verdadeira, argumentando que se trata de uma leitora de boa educação, mas que seus argumentos deveriam ser mais lógicos (TRIBUNO DO POVO, 26/01/1831, p.39-40).

Essa nova participação da mulher na esfera pública como escrever e publicar opiniões era, entretanto, invariavelmente acompanhada da reiteração de sua esfera de atuação – o lar, como também pode ser observado na terceira carta publicada. Nela, a leitora ressalta sua posição importante no lar, ao afirmar que a carta foi escrita depois de concluído os afazeres domésticos. Concorde que as mulheres tenham “certa instrução” além da que é oferecida, mas não quer que elas “busquem as espadas” (TRIBUNO DO POVO, 16/02/1831, p.61-62). Nesse sentido, era ambivalente a relação das mulheres com o discurso do sacrifício pela pátria que poderia abalar a sua esfera de atuação – o lar, visto que o sacrifício em prol da pátria necessariamente requereria sacrifícios pessoais da família.

Parece razoável concluir que, apesar de suas limitações, a defesa da educação e da atuação das mulheres em debates públicos pelo *Tribuno do Povo* seja um prenúncio da consolidação da imprensa feminina na segunda metade do século XIX.

### *O Tribuno do Povo e o fim do Primeiro Reinado*

Apesar do fim do Primeiro Reinado ter resultado de uma série de fatores, parece clara a importância de um evento singular – a Noite das Garrafadas. Este evento pode ser considerado um verdadeiro *turning point*, assim como, por exemplo, a fuga do rei da França em junho de 1791 foi o “ponto da virada” no processo que culminou com a violência na Revolução Francesa.<sup>10</sup>

E, de fato, as sucessivas falas que aparecem no Tribuno do Povo e em outros jornais nos revelam que após a Noite das Garrafadas, o medo de golpes e conspirações tornou-se mais real. Em sucessivos números posteriores a Noite das Garrafadas, os portugueses são descritos pelo jornal como “monstros corrompidos”, “abomináveis portugueses degenerados”, “famintos e desgraçados que aportaram às nossas praias” (TRIBUNO DO POVO, 24/03/1831, p.105-106). O redator conclama inclusive pelo uso de um distintivo - o *tope nacional* - para diferenciar os brasileiros dos “pérfidos” portugueses, chamando os outros jornais liberais em nome do “patriotismo brasileiro” para lutarem contra um suposto plano de recolonização por parte dos portugueses. Poesias patrióticas assinadas por pseudônimos e de teor antilusitano foram publicadas poucos dias antes da Abdicação como a transcrita abaixo.

MOTTE.  
Manter a Constituição  
E’ dever dos Brasileiros.

GLOZA.  
Trema, trema a vil traição,  
Seu plano será frustrado,  
Que o Brazil já tem jurado  
“ Manter a Constituição.,,  
Si homens vis, sem criação,  
Si porcos, viz estrangeiros  
Se julgão bravos guerreiros,  
Eia, ao campo e lá verão  
Que ser livre, escravo não,  
“ E’ dever dos Brasilleiros.

Por um Caibra Fluminense (TRIBUNO DO POVO, 24/03/1831, p.106).

No último número publicado antes da Abdicação, uma carta assinada por “Um Brasileiro Livre” alerta o Imperador que ele se encontra no Brasil e não em Portugal e que seus ministros não defendem os interesses da pátria e preparam traições, valendo lembrar ao Imperador o ditado de que “quem cala consente” (TRIBUNO DO POVO, 31/03/1831, p.113). Afirma que a luta contra os governos tiranos tem sido combatida na França com seus “dias constitucionais e gloriosos” e com a punição de um príncipe enganado. Ao final da carta alerta o Imperador que ainda é tempo de trilhar o caminho do patriotismo.

Aos poucos, entretanto, o tom das críticas a D. Pedro tornou-se mais virulento, adquirindo um caráter crescentemente étnico, isto é, de forte teor antilusitano. O *Tribuno* assim, como a maior parte da imprensa, irá contribuir para redefinir identidades ao ligar os conflitos étnicos às questões políticas<sup>11</sup>. Antes das Garrafadas, a crítica ao governo de D. Pedro I feita pelo *Tribuno do Povo* era dirigida aos homens traidores e despóticos que atuavam através do “gabinete secreto”; após a Noite das Garrafadas, os traidores passam a ser os *pérfidos* portugueses que tramam a recolonização.

Nos números lançados logo após a Abdicação, finalmente, o redator elenca as várias tramas de d. Pedro I, chamando-o de “monstro”, de “Pedro traidor” que fingia sua amizade com os brasileiros. Uma história de opressão em sua visão finalmente terminava com a abdicação do Imperador em favor de seu filho Pedro II, este agora saudado com vivas pelo redator do *Tribuno do Povo* Francisco das Chagas de Oliveira França (TRIBUNO DO POVO, 14/04/1831, p.124). O *Tribuno do Povo*, a partir daí, irá subscrever uma versão da história segundo a qual os brasileiros possuíam em comum um passado de opressão cujo verdadeiro rompimento ocorreu com a Abdicação (TRIBUNO DO POVO, 29/04/1831; 05/05/1831; 09/05/1831)<sup>12</sup>. Se o rompimento formal com Portugal abria espaço para as denominações regionalistas de identidade se autonomizar (JANCSÓ, PIMENTA, 2000), nenhum outro acontecimento após a Independência do Brasil foi tão celebrado pelos homens de sua época na imprensa como o início de nossa existência nacional como foi o “7 de abril”. A “nação brasileira” nesse momento, entendida enquanto uma comunidade imaginada na acepção de Benedict Anderson (2008), ou seja, aquela em que os indivíduos possuem uma imagem da comunidade a qual pertencem, também apresentava origens excludentes a medida que se foram definindo características de inclusão na nação (MARX, 2005)<sup>13</sup>.

Suas ideias posteriores expostas em números subsequentes fogem da delimitação temporal deste artigo e devem ser entendidas como inseridas nos acontecimentos posteriores e conflitos que marcaram o início do período regencial. Tais mudanças,

todavia, irão refletir e ser influenciadas significativamente pelos eventos que ocorreram durante o Primeiro Reinado, principalmente pela ampliação do espaço público pela imprensa nesse período.

### *Considerações Finais*

Ainda que ler fosse privilégio de poucos, a maior circulação de opiniões propiciada pela imprensa periódica contribuiu para as mudanças que redefiniram o espaço público da prática política no Primeiro Reinado. A capacidade de identificação com novas concepções e fundamentos políticos pode ser adquirida de diversas maneiras, mas, como tentamos mostrar, a imprensa contribuiu de forma importante senão decisiva para a consolidação de uma consciência histórica ao relacionar uma leitura particular das luzes à uma proposta política, moldada pelos acontecimentos cotidianos, conflitos étnicos e de gênero contemporâneos.

O *Tribuna do Povo*, especificamente, procurou ampliar a abrangência de seu público leitor visando aumentar sua influência sobre o público letrado, publicando matérias defendendo novos direitos para as mulheres, denunciando os castigos físicos utilizados nas escolas e dando publicidade e politizando aspectos da vida privada, contribuindo para o estabelecimento, ainda que incipiente, de uma nova atitude mental das mulheres em relação à prática da política. Que sua retórica fosse ambivalente, principalmente em relação às mulheres, não deve esconder o fato de que o jornal ajudou a moldar, como sugerido por Eisenstein, uma nova sociedade em que, apesar de conflituosa e excludente, homens e mulheres estavam ligados por uma história comum.

Foi através dessa imprensa, parcial, limitada e geralmente exagerada, mas ainda assim influente e incômoda aos governantes, que os letrados mudavam sua própria maneira de interpretar os novos fundamentos políticos da legitimidade do governo. Ao relacionarem suas explicações com o passado e com o presente, interagirem com os acontecimentos, dialogarem com outros periódicos, e com leitores e leitoras, tanto redatores como leitores foram sujeitos ativos na construção da identidade política brasileira no final do Primeiro Reinado.

### **Referências**

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- BASILE, M. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- \_\_\_\_\_. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, E.; MOLLIER, J. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BERBEL, M. R. Os apelos nacionais nas cortes constitucionais de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, J. (Org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BUITONI, D. H. H. S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.
- CHASTEEN, J. C. Introduction: beyond imagined communities. In: CASTRO-KLARÉN, S.; CHASTEEN, J. C. (Ed.). *Beyond Imagined Communities: reading and writing the Nation in Nineteenth-Century Latin America*. Baltimore: John Hopkins UP, 2003.
- CHISICK, H. *Historical Dictionary of the Enlightenment*. Maryland: Scarecrow Press, 2005.
- DARNTON, R. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- EISENSTEIN, E. *A Revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- \_\_\_\_\_. *The printing press as na agente of change: communications and cultural transformations in Early Modern Europe*. Cambridge University Press, 2v, 1979.
- FERREIRA, T. M.; NEVES, L. M. O medo dos abomináveis princípios franceses: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo*, v.4, n.1, p.113-119, 1989.
- FONSECA, S. C. Apontamentos para o estudo da linguagem republicana na conformação de identidades políticas na imprensa regencial fluminense. In: NEVES, L.; MORE, M; FERREIRA, T. (Org.), *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.
- FURET, F. A Revolução Francesa terminou. In: *Pensar a Revolução Francesa*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- GUSMÃO, E. M. Debates sobre a educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.25, n.50, 2012.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JANCSÓ, I.; PIMENTA, J.P.G. Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo, SENAC, v.1, 2000.
- JINZENJI, M. Leitura e escrita femininas no século XIX. *Cadernos Pagu* (38), janeiro-junho, p.367-394, 2012.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- LANGINS, J. Palavras e instituições durante a Revolução Francesa: o caso do ensino científico e técnico “revolucionário”. In: BURKE, P.; Porter, R. (Org.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.
- LUSTOSA, I. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARX, A. W. History and Arguments. In: *Faith in Nation: exclusionary origins of nationalism*. New York: Oxford University Press, 2005.
- MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. Os primórdios da imprensa no Brasil. In: MARTINS, A.; LUCA, T. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. E-book, Kindle Edition.

\_\_\_\_\_; BARROS, M. M. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, L. M. B. P. As belas letras na livreria de Jean Baptiste Bompard (1824-1828). *História* (São Paulo), v.32, n.1, p.79-98.

\_\_\_\_\_. “Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil”. *Caderno Cedes*, Campinas, v.22, n. 58, p.47-64, 2002.

OUTRAM, D. Le langage mâle de la vertu: as mulheres e o discurso da Revolução Francesa. In: BURKE, P.; Porter, R. (Org.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.

PANDOLFI, F. C. Política, imprensa e a participação dos militares na Abdicação de Dom Pedro I. *História Unisinos*, São Leopoldo (RS), v. 16, n. 3, p.283-293, 2012.

\_\_\_\_\_. *A Abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado em História - Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 2007.

PICCATO, P. Public sphere in Latin America: a map of the historiography. *Social History*, v. 35, n. 02, 2010.

ROJAS, R. El espacio público de la Independencia. In: \_\_\_\_\_. *El surgimento de la opinion pública em México*. México: Taurus, 2003.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, O. *História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, v.4, 1957.

TACKETT, Timothy. *When the king took flight*. Cambridge: Harvard University Press, 2003. E-book, Kindle Edition.

TRIBUNO DO POVO, dez. 1830/mar. 1832.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SILVA, W. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, L.; MORE, M; FERREIRA, T. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

SOUZA, L. M (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WOOD, Gordon S. The greatness of George Washington. In: *Revolutionary Characters: what made the founders different*. London: Penguin Books, 2007.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão ampliada de trabalho apresentado em seminário do departamento de história da UFMG, coordenado pelo professor Luiz Carlos Villalta. Agradeço suas sugestões e as observações de seus alunos, que certamente enriqueceram o trabalho.

<sup>2</sup> Para uma resenha crítica sobre essa literatura ver Picatto (2010).

<sup>3</sup> A imprensa de opinião é um veículo para o debate e a divergência política em que opiniões políticas diversas passam a se expressar publicamente e ganham autonomia em relação às posições do governo. Ver Morel (2012, e-book, Kindle Edition).

<sup>4</sup> Por exemplo, em alguns aspectos a monarquia inglesa foi o modelo para o novo governo republicano. A adoção da República nos Estados Unidos trouxe diversas incertezas entre os governantes sobre como deveria funcionar o novo regime (WOOD, 2007, p.50-55).

<sup>5</sup> Darnton (1987) sugere algumas pistas para analisar o pensamento “radical” na imprensa carioca em 1831, ao postular que a violência verbal dos *libeles* franceses não deve ser tomada ao pé da letra, pois eles não

---

tinham como objetivo incitar uma insurreição popular contra o rei e a monarquia, mas conquistar espaço na estrutura de poder prevalecente.

<sup>6</sup> O foco na linguagem do político no estudo da emergência da esfera pública na América Latina resultou na crítica da teologia da modernização e menos otimismo sobre a transição das velhas estruturas para a modernidade. Ver Rojas (2003).

<sup>7</sup> Jinzenji (2012) analisou as correspondências de leitoras publicadas no *Mentor das Brasileiras* (1829) e, ainda que possam ter sido forjadas, elas mostram como a brasileira era definida a partir de referenciais masculinos.

<sup>8</sup> Refere-se ao laço verde amarelo usado na época da Independência.

<sup>9</sup> Como mostra Dorinda Outram, além de entender a retórica universalista de um discurso, é preciso entender como ele afetou um gênero (OUTRAM, 1997).

<sup>10</sup> ParaTimoty Tackett, fuga do rei da França em junho de 1791 é o momento em que de fato a obsessão com conspirações espalhou-se pela França e desmantelou identidades coletivas, o que permite entender como a Revolução Francesa, em suas origens ligada as ideias humanitárias do Iluminismo, foi transformada no período do Terror. Ver Tackett (2003), especialmente o capítulo “The power of an event”.

<sup>11</sup> Para uma análise de como o acirramento do antilusitanismo na imprensa liberal exaltada juntou-se com a insatisfação de setores do exército que deixaram de apoiar D. Pedro I no momento que antecedeu a Abdicação ver Pandolfi (2012).

<sup>12</sup> Ver “Breve narração da Revolução Regeneradora de 7 de abril de 1831” publicada ao longo desses três números.

<sup>13</sup> Ver Chasteen, John (2003). O autor discute como as idéias de Anderson podem ser tidas como pontos de partida para analisar assuntos de classe, gênero e raça no processo de construção nacional.

Artigo recebido em: 23/03/2014. Aprovado em: 22/06/2014.